

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E O DESAFIO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Daniel Estevão de Miranda¹

Resumo: O propósito deste artigo é discutir a democracia brasileira a partir de uma perspectiva temporal ampliada, pela qual se busca olhar o processo de sua constituição como um todo a fim de melhor captar as tendências de seu movimento geral. Incorporando-se as contribuições das principais linhas teóricas de análise da democracia contemporânea, como o pluralismo e o deliberacionismo. Conclui-se que a democratização das instituições, cultura e relações sociais fazem parte de um processo mais amplo de modernização da sociedade brasileira, modernização esta que, ao longo do século XX, avançou fortemente no plano econômico e material, mas não no mesmo nível e ritmo no plano político-institucional. Conjuguar os dois movimentos é, assim, o principal desafio histórico da democracia brasileira.

Palavras-chave: Democracia brasileira; teorias da democracia; processo de modernização.

The modernization process and the challenge of Brazilian democracy

Abstract: The aim of this paper is to discuss the Brazilian democracy from an extended time point-of-view, by what it seeks to observe the process of its constitution as a whole, in order to better capture its general movement trends. In the course of the main theoretical analysis of contemporary democracy, as pluralism and deliberationism, it is concluded that the democratization of institutions, culture and social relations are parts of a wider modernization process of Brazilian society. In this case, the modernization strongly proceeded in economic and material dimension throughout the 20th century, but not in the same level that occurred in political-institutional dimension. Therefore, combining these two movements is the main historical challenge of Brazilian democracy.

Keywords: Brazilian democracy; theories of democracy; modernization process.

¹ Doutorando em Ciência Política (UFSCar), Mestre em Ciência Política (UFSCar), Bacharel em Ciências Sociais (UFMS). Professor Assistente da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul).

Breve olhar sobre o século XX brasileiro: modernização e modernidade em descompasso

A mais recente fase da experiência democrática brasileira, que se iniciou com a redemocratização nos anos 1980, pode ser melhor entendida olhando-se para o legado do processo histórico mais amplo da formação das instituições representativas e da cultura política brasileira, acentuando-se o período que a antecedeu, marcado por um intenso processo de modernização da infra-estrutura socioeconômica que, contudo, ocorreu dentro dos quadros de um regime político autoritário.

Não somente no plano das instituições, mas também do pensamento e da cultura, a democracia liberal representativa encontrou grandes dificuldades para se firmar em solo brasileiro. O liberalismo apresentou-se, ao longo do século XIX e boa parte do século XX no Brasil, como um fenômeno fortemente inconsistente no contexto sociopolítico mais amplo. Apesar de sua força enquanto “ideologia” e “utopia” do processo de emancipação colonial e formação de um Estado nacional no Brasil do século XIX (FERNANDES, 1981, p. 34-5), o liberalismo consolidou-se primordialmente como uma força “doutrinária” (SANTOS, 1978, p. 93), uma orientação geral reformista compartilhada principalmente, para não dizer somente, pelas elites. Assim, Sérgio Buarque de Holanda apontou como o liberalismo foi absorvido, no Brasil, de maneira seletiva e limitada:

A ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiam com (...) nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes. *A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido* (HOLANDA, 2002, p. 1062, [grifos nossos]).

Assim, ao invés de corresponder a valores arraigados na cultura política nacional, compartilhados pela maioria dos cidadãos e expressos na montagem e funcionamento de instituições políticas efetivamente democráticas, o liberalismo serviu antes como fonte de recursos estratégicos de dominação das elites, o que contribuiu para que tais minorias dominantes se distanciassem ou permanecessem distantes da maioria da população, excluída dos estatutos da cidadania liberal, e, por sua vez, se sentisse estranha diante de instituições que não haviam sido construídas nem a partir delas nem para elas.

Assim, por exemplo, ao concluir sua análise sobre a visão que o povo do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, teve sobre a proclama-

ção da República, em 1889, e o regime político que se seguiu, José Murilo de Carvalho afirma que: “O povo sabia que o formal [*Leis e instituições representativas liberais*] não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado [*aquele que estava alheio aos fatos políticos*] era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação” (CARVALHO, 1987 p. 160).

O abismo entre, de um lado, a dimensão institucional da política brasileira e, de outro, a vida cotidiana, alimentou a sensação de que a política – o processo de formulação e implementação de decisões relativas a temas públicos – seria algo distante da maioria das pessoas, as quais não a deveriam levar a sério, pois não seria uma atividade desenvolvida para elas, mas sim um fardo a mais para ser suportado.

Sendo a democracia caracterizada, basicamente, por uma tão ampla “difusão de poder” (SARTORI, 1994, p. 203) na sociedade considerando as dificuldades em se formar arranjos políticos realmente inclusivos e “amplamente abertos à contestação pública” (DAHL, 1997, p.31), onde as condições necessárias – ainda que não suficientes – para a constituição de processos de formulação de decisões pautadas no interesse público democraticamente considerado, relacionam-se, por um lado e de maneira um pouco mais distante, ao passado colonial e patrimonialista brasileiro (FAORO, 1987; PRADO Jr., 1997); por outro lado, relaciona-se também ao processo de modernização, já no século XX, que implicou a diferenciação estrutural da sociedade brasileira, aumentando a complexidade dos problemas a serem resolvidos e, conseqüentemente, exigindo novas instituições políticas que dessem conta de processar as novas demandas por regulação e intervenção estatal.

Sendo assim, junto à “gramática política” do clientelismo – o qual, apesar da perda de vitalidade, prosseguiu de maneira residual, mas forte nas relações Estado-sociedade no Brasil – reuniram-se outros mecanismos políticos de agregação e representação de interesses, como o insulamento burocrático, o corporativismo e o “universalismo de procedimentos” (NUNES, 1997), ligados à emergência de novos atores da ordem industrial em formação – empresários, sindicatos, classe média, etc.

Apesar da diversidade desses mecanismos de integração, esta não foi completa nem necessariamente democrática no Brasil, ao longo da segunda metade do século XX, período de maior intensidade do processo de modernização. Uma análise de tal contexto, a partir do modelo da democracia deliberativa, que é “uma teoria que esclarece os princípios

(...) implícitos e a lógica das práticas democráticas existentes” (BENHABIB, 2007, p. 75), ou seja, que esclarece as regras do jogo da democracia representativa e auxilia na compreensão dos principais impactos das ausências e distorções das estruturas políticas que fundamentaram os processos de deliberação durante a fase mais acelerada de modernização no Brasil e suas consequências para a democracia brasileira.

Poder-se-ia afirmar que tal fase acelerada de modernização – o chamado “milagre econômico” – ocorreu, sobretudo, durante o regime militar, período no qual, notoriamente, as principais regras do jogo democrático estavam suspensas e, assim, o modelo deliberativo nada teria a contribuir ao entendimento da formação e funcionamento das instituições políticas brasileiras.

Contudo, ao estabelecer os pressupostos básicos que deveriam estar em vigência para que um processo de tomada de decisão possa ser considerado democrático, aquele modelo de análise pode ser útil no exame de algumas das consequências de um regime autoritário sobre a democracia que se instalou posteriormente, já nos anos 1980.

De modo geral, o Brasil conheceu “uma *modernização sem modernidade*, muito mais” inclinada para o desenvolvimento e reforço “da racionalidade instrumental (modernização) (...) do que da racionalidade normativa (modernidade), que aponta para a autodeterminação política e a autonomia moral” (NÓGUEIRA, 1998, p. 167).

A participação nos processos de tomada de decisão esteve restrita nos momentos mais cruciais da industrialização, pois as principais instituições políticas representativas haviam sido postas ou na ilegalidade – como a maioria dos partidos políticos e os sindicatos – ou esvaziados de tal forma – como o Congresso Nacional – que somente teriam uma influência muito reduzida, ou, na maior parte dos casos, nenhuma influência, nas tomadas de decisões.

Ocupando o lugar dos corpos deliberativos (partidos, sindicatos, Congresso, etc.), vedando a possibilidade de existência de uma verdadeira oposição, parlamentar ou não, censurando a mídia e buscando legitimidade não em processos políticos e eleitorais a partir dos quais uma proposta específica obtivesse apoio da maioria, mas antes em decisões tomadas a portas fechadas, com base no famoso binômio “Desenvolvimento e Segurança Nacional”, o Estado, ou melhor, o “vértice do executivo”, a Presidência da República e a burocracia a ela ligada, foi o *locus* central responsável pelas decisões principais em torno dos rumos a serem assumidos pela industrialização brasileira.

A Presidência da República, enquanto instância responsável pela elaboração dos Planos de Desenvolvimento, promovia, portanto, “uma dada articulação de interesses objetivos em torno das questões colocadas pela industrialização” (DRAIBE, 1985, p. 53).

Esse protagonismo do Executivo nos processos de tomadas de decisão provocou um substancial decréscimo de racionalidade em relação ao funcionamento do sistema político redemocratizado e aos resultados e consequências principais do processo de modernização, influenciando negativamente, portanto, o avanço do processo de fortalecimento da modernidade no país.

Isto ficou patente durante a primeira fase de redemocratização, na qual a chamada “dívida social”, o abismo de desigualdades sociais provocados pelo “milagre econômico”, serviu de base para as pressões vindas de diversos setores da sociedade brasileira, sobretudo os sindicatos e partidos ligados aos trabalhadores, que não estavam dispostos a fazer acordos para corrigir os resultados negativos de processos resultantes de tomada de decisões dos quais eles não haviam sido chamados a participar nas duas décadas anteriores.

Assim, o primeiro governo civil da Nova República, do presidente José Sarney (1985-1990), sofreu as consequências de ter sua governabilidade erodida diante da impossibilidade de encontrar uma saída para o processo inflacionário e para a dívida externa. Tal saída passava pela composição de acordos ou pactos sociais mais amplos que incluíssem os principais atores da nova ordem política.

Contudo, as demandas e necessidades represadas durante o regime militar invadiram as arenas políticas, de tal modo que, o governo Sarney ficaria paralisado e desembocaria na aventura política que foi o governo Fernando Collor (1990-1992). O candidato, e depois presidente, Fernando Collor se apresentou como “uma espécie de ‘não-político’ fazendo política acima dos interesses corporificados” (NOGUEIRA, 1998, p. 125), simbolizando, assim, as dificuldades que as instituições representativas encontrariam para processar as demandas da sociedade e para aglutinar atores e interesses em torno de pontos básicos consensuais no sentido da resolução da crise que se abatia sobre o país.

As principais medidas econômicas tomadas pelo governo Collor e seu comportamento político geral, marcado por um relativo isolamento e amadorismo (NOGUEIRA, 1998, p. 132), mostram a que ponto chegou a baixa estruturação e o mal funcionamento das instâncias responsáveis pela deliberação democrática naquele momento.

Sendo assim, após o governo Collor e durante o governo Itamar, aprofundando-se o desencontro entre as demandas postas pela sociedade e as respostas governamentais, o então ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, elaborou um plano econômico, - o Plano Real, que, se não atraiu o apoio de importantes setores organizados da sociedade, como a maioria dos partidos de esquerda e sindicatos, foi consagrado, contudo, por uma maioria nas eleições presidenciais de 1994, que lhe deu legitimidade e uma base parlamentar forte para levar adiante o conjunto de reformas consideradas necessárias por ele e por sua equipe de governo.

Devido à estabilidade - econômica e política - e o funcionamento razoável das instituições representativas, a ampla liberdade de imprensa e a existência de uma ativa oposição, dentro e fora do Congresso, pode-se afirmar que, durante o governo FHC (1995-2002), o processo de redemocratização deu um importante passo, entrando em uma nova fase de construção e consolidação das estruturas e da cultura política democrática, processo esse continuado e reforçado durante o governo do presidente Luis Inácio “Lula” da Silva (2003-2010).

Padrão de governo no Brasil pós-redemocratização

O padrão de governo democrático que está se consolidando no Brasil é, em certo ponto, um misto do modelo consensual e do modelo majoritário de democracia (LIJPHART, 2003), mas com nítida predominância do primeiro modelo. Isto está ligado às “bases de nossa tradição republicana: o presidencialismo, o federalismo, o bicameralismo, o multipartidarismo e a representação proporcional” (ABRANCHES, 2003, p. 31-2), e, assim, o modelo consensual de democracia estrutura-se enquanto um “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 2003)².

Historicamente, um dos principais pontos críticos do sistema político brasileiro tem sido a relação entre Executivo e Legislativo. Por esse ponto crítico passam as problemáticas da estabilidade política, da coesão e da fragmentação das forças políticas, da formação da agenda pública, entre outros.

Em meados do século XX, Victor Nunes Leal, em sua análise clássica sobre o coronelismo no Brasil, afirmava que tal fenômeno era

² Para uma forte crítica à tradicional combinação entre “presidencialismo e representação proporcional” (ou “modelo consociativo da democracia”), cf. Lamounier (1992). Para uma argumentação contrária, e mais recente, cf. Limongi (2006).

resultante da “superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (LEAL, 1975, p. 20). Isto é, Leal também estava apontando para o abismo, como já mencionado, a partir da análise de José Murilo de Carvalho (1987) sobre a Proclamação da República e a visão que o povo do Rio de Janeiro dela teve, entre a vida político-institucional, de um lado, e a vida cotidiana, de outro.

Porém, apesar dessa distância observada por vários analistas, e que marcou fortemente a política brasileira nas primeiras décadas após a Proclamação da República, a longa convivência com os dispositivos e os processos típicos do governo representativo fizeram com que se desenrolassem processos de mútuo ajustamento, pelos quais as forças e os atores políticos se ajustavam ao arcabouço político-institucional, ao mesmo tempo em que o ajustavam a si, dependendo da correlação de forças de cada momento. É por isso que as bases da tradição republicana brasileira (presidencialismo, multiparidarismo, representação proporcional, federalismo, etc.) não foram puramente arbitrárias ou estabelecidas ao acaso, mas antes estiveram ligadas às “necessidades e contradições, de natureza social, econômica, política e cultural” do “processo de nossa formação social” (ABRANCHES, 2003, p. 31-2), ao longo do século XX.

Tal padrão consensual de governo, o “presidencialismo de coalizão”, está calcado na tradição republicana brasileira, e foi reforçado durante o processo de transição democrática nos anos 1980, devido ao modo como tal processo se desenrolou e pelas escolhas feitas na Constituinte de 1987-88.

A transição democrática dos anos 1980 representou, basicamente, uma redistribuição do poder político, antes fortemente concentrado no Poder Executivo Federal. Diante deste último, as outras entidades da Federação e o Congresso Nacional passaram a ter mais atribuições, relativas tanto ao processo decisório quanto a formulação e a implementação de políticas públicas. Tal processo de relativa redistribuição do poder político se acelerou a partir de 1983, por causa das eleições estaduais de 1982 e da expectativa de continuidade sem retrocessos da abertura política, que “abalaram a hierarquia existente entre os vários centros de poder político”, passando “a existir distintos pólos de poder”, como os estados, os novos partidos, principalmente o partido PMDB, o Congresso nacional, os diversos setores organizados da sociedade civil, “com diferentes graus de legitimidade”, o que elevou a importância das preferências do eleitorado como base de apoio e sustentação política (SALLUM JR. & KUGELMAS, 1991, p.153).

Após um período intenso de modernização econômica, mas em meio ao autoritarismo político, apresentavam-se cada vez mais fortes os anseios em prol da consolidação de uma modernidade política. E, como apontou Werneck Vianna no calor do processo de transição dos anos 1980 – “Moderno, aqui, é democracia política” (VIANNA, 1989, p. 98).

Modernização e modernidade na transição democrática brasileira

Na análise do processo de redemocratização brasileiro, é importante distinguir (a) democracia política de (b) liberalização – “afrouxamento das regras autoritárias” – e de (c) democratização substantiva – a “adoção de programas de reformas econômicas e sociais voltadas a atender demandas específicas” (MOISÉS, 1995, p. 38).

Essa distinção é apenas analítica, na medida em que, na realidade, trata-se de um único processo. Contudo, ela é importante porque, no caso brasileiro, o “processo político teve uma expressiva potência de destruição da ditadura”, de remoção do chamado “entulho autoritário”, “mas não teve igual potência para democratizar o país” (NOGUEIRA, 2007b, p. 207) para além das instituições representativas.

A maneira como se desenrola a redemocratização, enquanto “destruição” do regime de exceção e remoção do chamado “entulho” autoritário, é fundamental para os rumos a serem tomados pelo processo de democratização propriamente dito ou, mais precisamente, de consolidação democrática.

Um regime democrático consolidado – ou em vias de se consolidar – deve ser capaz de processar pacificamente os conflitos envolvendo a pluralidade de interesses e identidades da sociedade – por meio de reformas institucionais que dêem vazão à vitalidade da democracia política. Contudo, aquele regime deve ser capaz de processar também as lutas em torno do controle e distribuição de recursos, principalmente, os econômicos disponíveis (MOISÉS, 1995, p. 38).

Contudo, tendo em vista o cenário socioeconômico brasileiro, o combate às desigualdades de toda ordem ocupa lugar central na agenda pública, ao lado da democratização política. No entanto, tal democratização substantiva ou social, digamos, assim, pertence à outra dimensão e envolve também outros processos. Ela constitui, portanto, “outra” transição, distinta da “primeira” e da “segunda” transição.

Boa parte dos analistas dividem os processos de democratização em dois grandes períodos: 1°) a “primeira” transição ou liberalização do regime, que em geral encerra-se com a posse do primeiro governante escolhido em eleições livres e abertas; 2°) a “segunda” transição ou consolidação democrática, fase que se inicia quando a primeira se encerra e que só termina quando a democracia torna-se um regime “irreversível”, isto é, livre de ameaças autoritárias (MOISÉS 1995, p. 24-42; LIMA & CHEIBUB, 1996).

Assim, a democratização social seria distinta, mas não estaria distante do processo de consolidação democrática. Muito pelo contrário, na medida em que a democratização social tenderia a ampliar os efeitos e virtuosidades do regime político democrático, dando-lhe mais consistência e, em grande medida, bases para um melhor desempenho (MOISÉS, 1995, p. 39-40). Tais considerações escapam a vários analistas das transições, que analisaram a redemocratização com base em um conceito de democracia vizinho ou praticamente equivalente à “poliarquia” de Dahl (1997), ou seja, a democracia considerada somente em seus aspectos *políticos* (MOISÉS, 1995, p. 40-1).

Contudo, deve-se notar também que, sem as condições e requisitos de convivência política postulados pelo modelo poliárquico, dificilmente a democratização social avançará sem ser, a todo momento, ameaçada por grupos poderosos estruturalmente privilegiados e desinteressados, em relação as mudanças sociais amplas e substantivas.

Sendo assim, é um equívoco contrapor a democratização social e econômica à democratização política. A grande questão não é saber qual das duas democracias (política ou social) vem antes, mas sim, como elas podem ser articuladas a fim de que a luta por maior igualdade e melhores condições de vida não resulte em violência política e retrocessos autoritários.

Isto é importante porque se, em momentos decisivos da história política brasileira do século XX, setores mais conservadores tendiam a se satisfazer somente com uma democracia política limitada, ou melhor, com uma “forma autocrática de democracia restrita” (FERNANDES, 1981), setores de esquerda mais radicais tendiam a considerar a democracia política apenas como instrumento provisório (ou “tático”) na luta por objetivos revolucionários (ou “estratégicos”) (COUTINHO, 1979, p. 33-48). Em um extremo e no outro, a democracia terminava por ser reduzida e desvalorizada, denotando fortes inclinações a soluções violentas para os conflitos sociais.

Conforme a transição foi avançando, os principais grupos políticos da sociedade foram sendo, em maior ou menos grau, institucionalmente integrados ou passaram a fazer parte de um relativo consenso institucional acerca das regras para processamento de conflitos.

Disso resultou que nenhum grupo politicamente importante poderia mais se considerar como externo e indiferente aos mecanismos da democracia, ou seja, conforme a transição foi avançando, através de seus ciclos eleitorais e debates em torno de questões cruciais, todos os grupos políticos relevantes da sociedade passaram, cada vez mais, a serem responsáveis e a se sentirem responsáveis pela manutenção e pelo desenvolvimento das instituições democráticas.

Isto não significa que não haja mais divergências. Se a democracia, dos anos oitenta em diante, tornou-se cada vez menos questionada, a crise do desenvolvimentismo, bem como a questão social, abriu um leque de questões em relação às quais posições assumidas foram extremamente divergentes.

Porém, os principais setores da sociedade dispõem-se cada vez menos a aceitar soluções não-democráticas para a resolução de conflitos. Questiona-se este ou aquele aspecto da democracia, sua insuficiente consolidação, suas deformações, seus desvios, e a corrupção, etc., mas a democracia em si, como arranjo institucional e substância mesma das relações políticas, tornou-se menos questionável e questionada.

O que muito se questionou – e ainda é questionado – foram os rumos do desenvolvimento brasileiro. E é em torno desse tema da agenda pública, que as posições políticas assumidas após a redemocratização, tem seus sentidos iluminados. Se até então o processo de modernização deteve a prioridade, mesmo em detrimento da democracia, agora é esta que está no centro das atenções. Trata-se, portanto, de criar e desenvolver formas de combinar as virtudes da democracia com o desenvolvimento econômico.

O que não significa que a democracia brasileira já atingiu sua plena forma. Pelo contrário, ela se vê diante de problemas e desequilíbrios que ainda precisam ser equacionados.

Considerações finais

O processo de construção das instituições políticas é um processo complexo que reflete, de certa forma, as aspirações, valores e vícios da sociedade onde tem seu substrato.

Desse modo, ao longo dos anos 1950 até os anos 1970, a construção do Estado no Brasil se deu em função das necessidades colocadas pelo processo de industrialização. Desse modo, a preocupação não era, sobretudo nos tempos da ditadura militar, expandir a participação popular, a liberdade de expressão ou qualquer das virtudes da democracia liberal, mas antes tornar o Estado um agente ativo e eficiente para cumprir papel estratégico na industrialização.

Tal tendência se inverte a partir dos anos 1980, em que o rumo das reformas e intervenções do Estado volta-se, não para seu aparelhamento com funções de intervenção nos processos econômicos, mas, pelo contrário, dirige-se para o desmonte de tais estruturas de intervenção, simultaneamente, ao estímulo à participação popular, ao reforço da liberdade de expressão, etc.

Respondendo a um novo momento da sociedade brasileira, de certa forma, o Estado tem suas estruturas transformadas no sentido de diminuir sua face desenvolvimentista e, simultaneamente, reforçar seu caráter de Estado democrático de direito.

O desafio histórico posto, portanto, é conjugar as exigências legítimas da democracia com os benefícios irrecusáveis que somente a continuidade do desenvolvimento econômico pode trazer. O desafio maior da democracia brasileira é, portanto, *reconciliar modernização e modernidade* (NOGUEIRA, 1998, p. 297).

Referências

ABRANCHES, Sérgio H. H. de. Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro. In: TAVARES, J. A. G. **O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

BENHABIB, Seyla. Sobre um modelo deliberativo de legitimidade democrática. In: WERLE, D. e MELO, R. S. (Org. e Trad.). **Democracia deliberativa**. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, p. 47-79, 2007.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COUTINHO, N. A democracia como valor universal. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 33-48, março, 1979.

DAHL, R. A. **Poliarquia**: participação e oposição. Tradução de Celso M. Paciornik. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro. 7ª ed., v. 2, Rio de Janeiro: Globo, 1987.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. 3ª edição, Editora Guanabara, 1981.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. In: *Intérpretes do Brasil*, 1ª ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S. A., p. 899-1102, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar. O modelo institucional dos anos 30 e a presente crise brasileira. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 6, n. 14, abr. 1992.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 2ª ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Tradução de Roberto Franco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMA, Maria R. S. de e CHEIBUB, Z. Instituições e valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 31, p. 83-110, 1996.

LIMONGI, F. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão e processo decisório. **Novos Estudos**, 76, p. 17-41, nov., 2006.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia**: Bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

NOGUEIRA, M. A. **As possibilidades da política**: Ideias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. In: CHAUI, Marilena e NOGUEIRA, Marco Aurélio. *O pensamento político e a redemocratização do Brasil*. **Lua Nova**, São Paulo, 71, p. 173-228, 2007b.

NUNES, E. **Gramática Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora; Brasília, ENAP, 1997.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. 23° ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

SALLUM JR., Brasília; KUGELMAS, Eduardo. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 5, n. 13, dez. 1991.

SANTOS, W. G. dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. (Coleção história e sociedade).

São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. O debate contemporâneo, v. 1, São Paulo: Ática, 1994.

VIANNA, L. W. **A transição**: da Constituinte à sucessão presidencial. Série Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1989.

Daniel Estevão de Miranda
mirandacs@yahoo.com.br

Artigo recebido em agosto/2010.
Aprovado em novembro/2010.